

CONFERÊNCIAS LIVRES

OFICINA DE FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo



A REDE BRASILEIRA DE URBANISMO COLABORATIVO

A Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo é um grupo de entidades e coletivos com representantes de todas as regiões do país, com o objetivo comum de aliar o ativismo, os estudos acadêmicos e o desejo de mudança da própria sociedade, para impulsionar o Urbanismo Colaborativo, um processo de planejamento, gestão e ação sobre o espaço urbano que tem como objetivo principal envolver atores tradicionalmente excluídos das tomadas de decisões, fomentando a construção democrática das nossas cidades.

Essa oficina é uma iniciativa da Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo, através do edital de Conferências livres do Ministério do Desenvolvimento Regional e contou com a participação de 12 facilitadoras, integrantes das organizações da Rede e distribuídas em todas as regiões do país.

norte

Augusto Junior
Laboratório da
Cidade (Belém/PA)

nordeste

Marina Mergulhão
Coletivo Massapê
(Recife/PE)

centro oeste

Bárbara Bonetto
COURB
(Brasília/DF)

sudeste

Bibiana Tini
Metrópole 1:1
(São Paulo/SP)

sul

Leonardo Brawl
(TransLAB.URB -
Porto Alegre/RS)

Manuella Coelho
Coletivo MOB
(Brasília/DF)

Camila Audrey
CoCriança
(São Paulo/SP)

Paula Motta
Turba
(Porto Alegre/RS)

Rafael Reis Instituto
Cultural e Social No
Setor (Brasília/DF)

Inês Domingues
LabIT-PROURB
(Rio de Janeiro/RJ)

**Roberta de
Alencastro**
Turba
(Porto Alegre/RS)

Karen Martini
A Cidade Precisa de
Você
São Paulo/SP



A OFICINA

e seus objetivos

Como forma de somar às experiências promovidas pelas Oficinas Nacionais e Regionais, a oficina teve como objetivo central garantir a inclusão das percepções, vivências e ideias de representantes de grupos minoritários da sociedade civil na formulação dos ODUS. Os encontros aconteceram em dois momentos (28/08 e 04/09), das 9h às 13h. A oficina contou com a participação de representantes de todas as regiões do país nos grupos:

01. Lideranças de base comunitária
02. Gênero
03. Infância e juventude
04. Organizações da Sociedade Civil

O objetivo central da oficina foi a formulação dos ODUS (Objetivos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável), a partir das percepções e vivências dos grupos temáticos, promovendo também trocas entre diferentes grupos e a formação de novas redes.

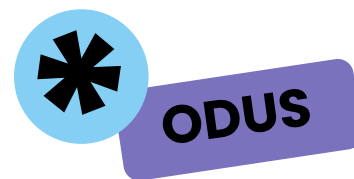
Conseguimos convidar muita gente que realiza projetos importantes no nosso país!



Tivemos pessoas presentes de todos esses estados!

OS ODUS

construídos nas oficinas :)



Nas próximas páginas serão apresentados os ODUS com **título, descrição e ações estratégicas** que foram desenvolvidos nos grupos temáticos indicados no canto superior direito da página.

Comunidades ativas, conectadas e mobilizadas.

DESCRIÇÃO

Desenvolver e fortalecer a articulação territorial entre os diversos atores locais com engajamento e ações em rede, estimulando a autonomia comunitária.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Incentivar e fomentar programas de formação de lideranças comunitárias multiplicadoras a partir dos territórios;
2. Fortalecer os vínculos comunitários a partir do apoio a realização de atividades como encontros, formações, debates e rodas de conversas;
3. Criação de fóruns comunitários para discussão dos problemas e soluções acerca do território com conexão permanente com atores do Poder Público (Executivo, Legislativo e judiciário);
4. Criação de mecanismos de apoio às ações das Organizações de Base Comunitária;
5. Potencializar o uso dos equipamentos públicos já existentes pelas comunidades a partir do desenvolvimento de ações, projetos e políticas públicas para a ocupação destes espaços;
6. Desenvolver projetos, ações e políticas públicas culturais e educativas nas comunidades para envolver o público infanto-juvenil;

Lideranças comunitárias com caminhos abertos para a autonomia.

DESCRIÇÃO

Para promover a escuta ativa das comunidades por parte da Administração Pública e dos demais setores da sociedade e garantir que os territórios não sejam invisibilizados e/ou excluídos do planejamento urbano é vital que a atuação das lideranças de base comunitária seja fortalecida através de mecanismos que promovam esse diálogo, retirem as barreiras burocráticas e incentivem as práticas ancestrais enraizadas localmente, focadas na construção de futuros coletivos que tem por base o envolvimento e não apenas o desenvolvimento das comunidades.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Desenvolvimento de cursos sobre práticas ancestrais de liderança comunitária para as líderes e suas sucessoras locais;
2. Criação de meios e espaços que deem auxílio ao trabalho das lideranças, como locais para cuidado da saúde mental, creches e outros pontos de apoio com ênfase no acolhimento dessas mulheres;
3. Fortalecimento e criação de plataformas permanentes e constantes para o mapeamento de candidaturas das maiorias minorizadas (como mulheres, negras, indígenas etc.) identificando possíveis alianças que fortaleçam a atuação nas comunidades;
4. Formulação de conteúdo para embasar ações de educação urbanística e patrimonial nas comunidades, que envolvam questões de etnia e gênero, para despertar o olhar do público infantojuvenil sobre o seu papel transformador na sociedade;
5. Estimular a criação de normativas que abracem a dimensão cultural dos territórios para qualquer tomada de decisão, legitimando os espaços ancestrais da história indígena e afro-brasileira nas comunidades;

Participação ativa e representação política de gênero e comunidade LGBTQIA+ para a construção de cidades plurais, democráticas e inclusivas.

DESCRIÇÃO

Implementar políticas públicas que garantam a participação contínua de entidades e organizações da sociedade civil, através de ações e programas que viabilizem a segurança, o respeito, a diversidade de corpos (de forma interseccional), à acessibilidade de renda, espaço, educação e cultura nas cidades.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Considerar a perspectiva de gênero, e da comunidade LGBTQIA+, em legislações de ordenação territorial para assegurar condições essenciais de quadros espacial-estrutural a partir de composição pró-igualdade, levando em consideração critérios sócio-econômicos;
2. Criação de fundo internacional para garantia de políticas públicas que visem superar as desigualdades de gênero;
3. Inclusão da pauta de gênero no plano de metas municipais;
4. Inclusão de bibliografia que considere a temática de gênero em espaços sócio-educativos e de acolhimento nos contextos locais;
5. Manutenção de espaços inclusivos e interseccionais para o acolhimento psicológico de mães, crianças e comunidade LGBTQIA+ nos contextos locais;
6. Criação de programas de educação financeira visando o desenvolvimento da autonomia financeira de mulheres e população LGBTQIA+;
7. Criação e fomento de estrutura multidisciplinar participativa local que oriente a construção e execução de políticas públicas voltadas à questão de gênero;
8. Considerar situações variadas de vulnerabilidade de mulheres e da comunidade LGBTQIA+ para realização de ações estratégicas transversais no âmbito de políticas públicas;
9. Criação de plataforma participativa horizontal com fácil acesso e linguagem didática para disponibilização de conteúdo acerca de políticas voltadas à questão de gênero.

Garantia da segurança a partir da inclusão e da representatividade das diversidades de gênero (mulheres cis, trans, travestis, pessoas não binárias, homens trans e transmaculnades), diversidade racial (pessoas negras, indígenas, não brancas) e demais diversidades na cidade contemplando o acesso equitativo a equipamentos e serviços públicos.

DESCRIÇÃO

Fomentar e fortalecer a diversidade, a participação social e a representatividade em todos os setores da cidade e sociedade, para que todas e todos, contemplando os gênero citados no título, para que possam transitar livremente na cidade, com segurança, sentimento de autonomia e pertencimento garantindo oportunidades equitativas de emprego e educação, priorizando as minorias, com compartilhamento de informações essenciais a construção coletiva dos espaços e dinâmicas urbanas.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Obrigatoriedade da realização de audiências públicas descentralizadas com estrutura e incentivo a participação da diversidade presente na cidade;
2. Procura ativa do poder público para engajar a pluralidade de representações e ouvir (e tratar) de suas demandas específicas;
3. Realização de treinamentos em escuta ativa, responsável (dar credibilidade), cuidadosa e solidária (trazer questões específicas de como conversar respeitosamente com grupos diversos);
4. Atendimento e garantia do direito de escuta de todos e todas como cidadãos;
5. Composição do poder público deve contemplar a diversidade presente na sociedade;
6. Fortalecimento das qualidades de responsabilidade e respeito, garantindo o acesso em vagas de empregos de pessoas trans, travesti, para mexer estruturalmente na visão da população;
7. Estruturação de oportunidades de inclusão com ferramentas para permanência de pessoas diversas em todos os espaços de forma respeitosa e segura;
8. Execução das demandas e resultados dos processos participativos;
9. Mobilização eficiente para a informação sobre processos de desenvolvimento urbano e os resultados;

Crianças e jovens consideradas(os) por todos os setores da sociedade como cidadãos e cidadãos do presente, inclusas(os) nas diversas instâncias de participação e direitos.

DESCRIÇÃO

Acolher, incentivar e garantir os direitos às crianças e adolescentes à sua participação na cidade, considerando as suas multiplicidades, multidiversidades e autonomia para mudança das perspectivas adultocêntricas.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Formação de professores das redes municipais, estaduais e distrital para inserir as escolas públicas nas políticas de participação social de formação e desenvolvimento das cidades;
2. Inclusão de pedagogia urbana e seus componentes curriculares na Base Nacional Comum Curricular;
3. Disponibilizar e equipar equipamentos/espços públicos, em meio aberto e em instituições públicas, para promover a integração família/criança/jovem com profissionais qualificados nas comunidades;
4. Criação de programas de incentivo à ocupação/utilização dos espaços públicos já existentes nas mais diversas dinâmicas do dia a dia (parques, praças, ruas, etc);
5. Garantir políticas públicas de reparação das desigualdades territoriais a partir da vulnerabilidade social de crianças e jovens em áreas específicas;
6. Garantir a intersetorialização (integração de políticas públicas localizadas) enquanto princípio básico e política de Estado na garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
7. Uso de escolas públicas fora do horário de aula para inclusão da comunidade para uso para lazer, oficinas, gerar empregos e integração intergeracional;
8. Criação de comitês participativos temáticos, com garantia de vagas para efetivar a participação constante e ativa das crianças e jovens na construção de políticas públicas locais.

Territórios que proporcionem vivências, experiências e memórias positivas e afetivas a crianças e adolescentes.

DESCRIÇÃO

Qualidade de vida e bem estar garantidas a crianças e adolescentes, em que através da escuta e participação ativa, contribuam com a sociedade e consigam mudar as perspectivas adultocêntricas que impactam suas vivências nos diversos territórios.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Implementar ações que garantam a aplicabilidade do ECA (Conselho da Criança e do Adolescente) nos âmbitos municipais;
2. Pedagogia urbana ao ar livre implementada nas disciplinas e nos projetos escolares, garantindo que o território seja parte do ambiente educador;
3. Formação e capacitação dos educadores e comunidade escolar, para que tenham ferramentas para formar estudantes para a prática da cidadania ativa;
4. Formação e capacitação de gestores públicos para que possam incluir as necessidades das crianças nas tomadas de decisão sobre o território;
5. Criar instâncias de participação que incluam as crianças e jovens nas tomadas de decisão sobre o território;
6. Garantir o direito constitucional da criança, como prioridade absoluta, em todas as práticas das políticas públicas e privadas (art. 227 da Constituição Federal);
7. Garantir que a política de visão zero para segurança viária - zero mortes de crianças e jovens nas cidades - seja aplicada;
8. Implementar planos urbanos lúdicos que permitem experiências brincantes, ao ar livre e com presença de natureza, além de garantir justiça climática, que contribuem com a saúde e bem estar das crianças e adolescentes;
9. Estimular jovens a protagonizarem a economia e desenvolvimento local a partir do empreendedorismo social;
10. Identificar memórias territoriais (raízes históricas e locais) para criar vínculos comunitários e pertencimento do espaço com crianças e jovens.

Cidadania participativa e garantia de direitos.

DESCRIÇÃO

Democratização dos mecanismos participativos urbanos para educação emancipatória como forma de garantir o acesso a direitos básicos como saneamento básico, habitação e infraestrutura.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Combate a pobreza exercendo a garantia de direitos básicos com a aplicação de políticas afirmativas tais quais a renda básica universal;
2. Garantia da instalação de infraestrutura associada a políticas habitacionais, com o acesso a transporte, cultura, serviços, saneamento básico, saúde, segurança, acesso a internet gratuita (inclusão digital) como pré-requisito para participação efetiva;
3. Fortalecimento de políticas de transparência e acessibilidade à informação para que a participação cidadã se concretize, prevendo a utilização integrada de mídias sociais alinhada a tradução de conceitos e terminologias complexas para uma linguagem acessível e a iniciativas de educação política e inclusão digital;
4. Fomento a representatividade mais ampla e plural, levando a(s) voz(es) da comunidade para os espaços de decisão e poder para construir, decidir e questionar;
5. Obrigatoriedade da organização de fóruns e promoção de conselhos locais deliberativos e temáticos, com abertura para todos os setores da sociedade civil, garantindo que as pautas da OSCs adentrem a agenda governamental para consolidar a sua legitimidade, conforme o Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/01, artigo 45);
5. Inclusão da educação urbana no ensino básico através da Base Nacional Comum Curricular;
6. Criação de pontos de cidadania no território;
7. Promoção de formações acessíveis alinhadas a processos participativos já previstos no estatuto da cidade, sendo obrigatória a contratação e envolvimento de diferentes atores tais quais universidades e movimentos sociais para continuidade das ações e a mobilização da comunidade;
8. Garantia do financiamento a ações de educação urbana e cidadania ativa, aos moldes de mecanismos como a Lei de Assessoria Técnica para a formação cidadã.

Territórios com autonomia e voz para implementação e decisão das políticas públicas.

DESCRIÇÃO

Qualificar o debate público: Fomentando processos de aprendizagem e garantindo a implementação efetiva de mecanismos de participação existentes para valorização de atores não institucionalizados e a elaboração de políticas públicas alinhadas às necessidades dos territórios

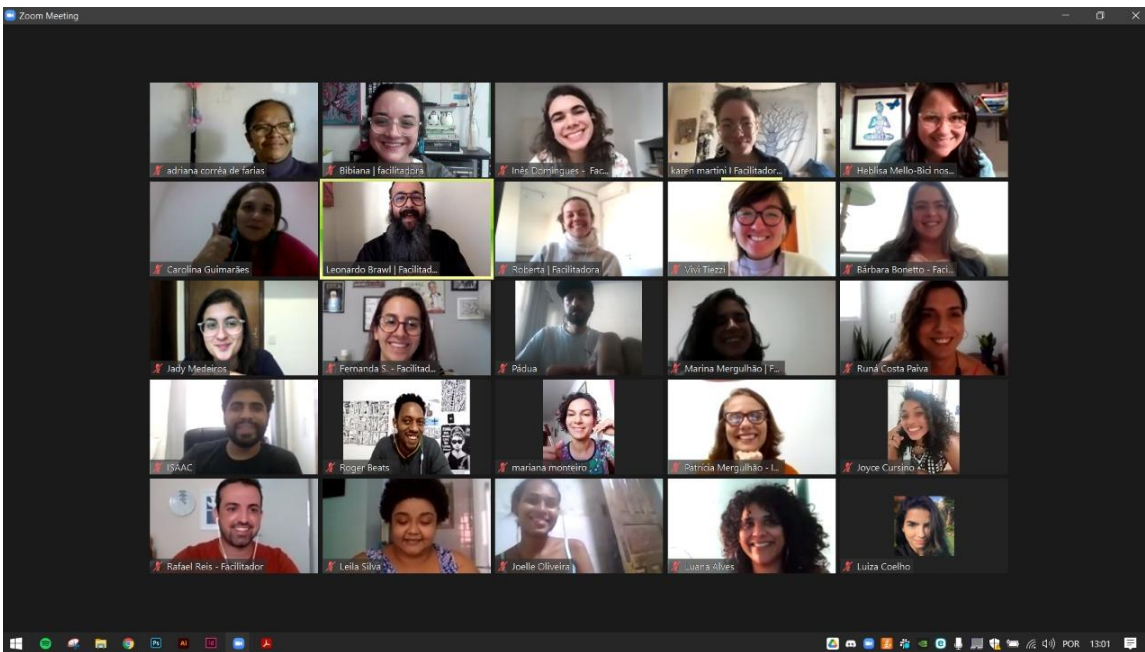
AÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Oferecimento de ferramentas de facilitação de processos comunitários (como Teoria U) e formações em advocacy para apoiar que as políticas públicas emergjam da sociedade
2. Garantir que mecanismos e leis que prevêm a participação popular em políticas públicas tais quais conselhos cidadãos, lei de transparência, orçamento cidadão sejam implementados de forma abrangente e consistente
3. Obrigatoriedade de conselhos locais e temáticos, deliberativos, em atuação junto às secretarias municipais
4. Formulação de aplicativos e plataformas de participação social política, integrados a aplicativos já utilizados pela população (tais quais whatsapp e facebook), com funcionalidades como mapeamentos colaborativos e o acompanhamento de processos, de forma a quebrar barreiras institucionais e digitais
5. Criação de programas de ensino voltados a participação popular e cidadania ativa, tais quais o programa de agentes de governo aberto, remunerados para organização de eventos de aproximação da população ao poder público e suas plataformas
6. Abertura e ampliação de espaços que fortaleçam a autonomia popular de grupos que atuam de forma não institucionalizada, diminuindo as barreiras de financiamento e/ou acesso para sua atuação
7. Criação de espaços de convivência que preparem os cidadãos para a cidadania, por meio da pedagogia social e urbana.

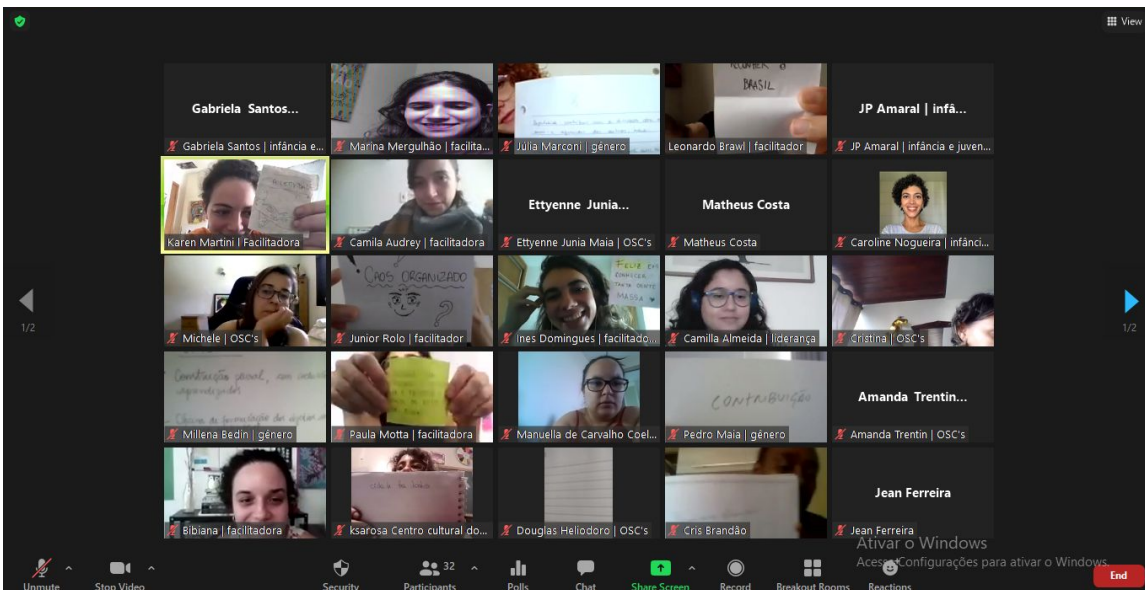


REGISTROS

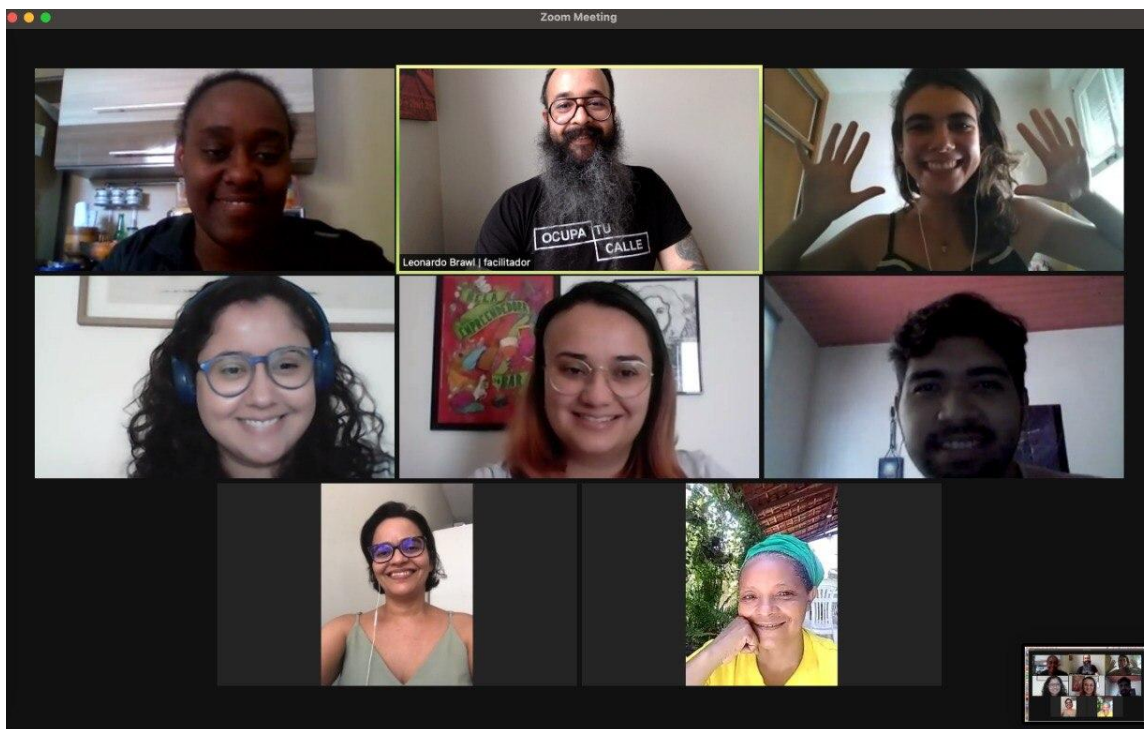
do que rolou nas oficinas :)



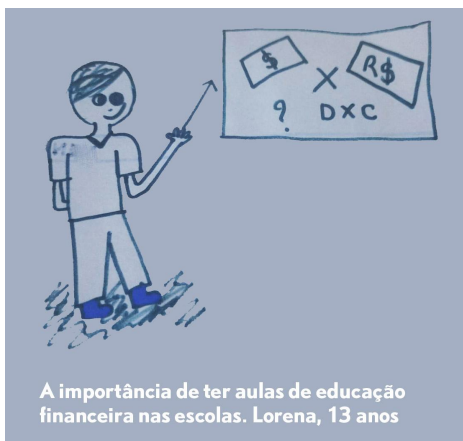
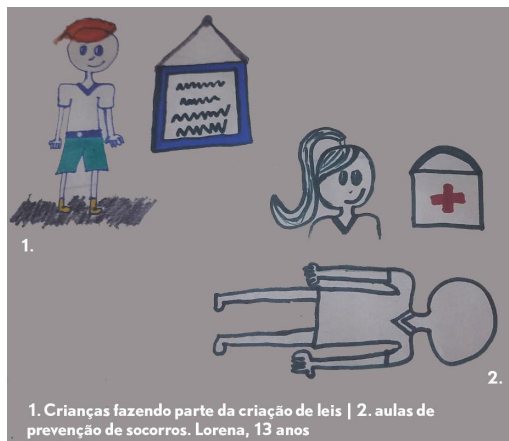
Sala geral com todas as pessoas reunidas.



Dinâmica de aproximação e reconhecimento.



Sala de liderança de base comunitária no dia 04/09.



Registros de Lorena (13 anos) sobre a oficina, enquanto escutava sua irmã fazendo a facilitação.

MATERIAIS COMPLEMENTARES



Deixamos abaixo o link de acesso aos materiais utilizados no processo da oficina.



[Guia da participante](#)

Documento enviado para as pessoas participantes com as orientações necessárias para sua participação na oficina.



[Guia da facilitadora](#)

Documento enviado para as facilitadoras e utilizado como base para a oficina de habilitação das mesmas.



[Roteiro](#)

Documento com roteiro da oficina, inserido no guia da facilitadora.



[Apresentação](#)

Apresentação utilizada nos dias da oficina para contextualização e apresentação do objetivo de estarmos reunidas.



[Jamboard](#)

Exemplo do Jamboard utilizado como ferramenta de mediação para o desenvolvimento da oficina.

Essa oficina é uma iniciativa da **Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo**, através do edital de Conferências livres do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Equipe de Coordenação

Inês Domingues (LabIt-PROURB - Rio de Janeiro/RJ)

Karen Martini (A Cidade Precisa de Você - São Paulo/SP)

Leonardo Brawl (TransLAB.URB - Porto Alegre/RS)

Marina Mergulhão (Coletivo Massapê - Recife/PE)

Equipe de Facilitação

Augusto Junior (Laboratório da Cidade - Belém/PA)

Bárbara Bonetto (CoUrb - Brasília/DF)

Bibiana Tini (Metrópole 1:1 - São Paulo/SP)

Camila Audrey (CoCriança - São Paulo/SP)

Inês Domingues (LabIt-PROURB - Rio de Janeiro/RJ)

Karen Martini (A Cidade Precisa de Você - São Paulo/SP)

Leonardo Brawl (TransLAB.URB - Porto Alegre/RS)

Manuella Coelho (Coletivo MOB - Brasília/DF)

Marina Mergulhão (Coletivo Massapê - Recife/PE)

Paula Motta (Turba - Porto Alegre/RS)

Rafael Reis (Instituto Cultural e Social No Setor - Brasília/DF)

Roberta de Alencastro (Turba - Porto Alegre/RS)

Participantes

Adriana Corrêa de Farias

Aline Karina

Amanda de Toledo Trentin

Camilla Almeida Silva

Camilla Almeida Silva

Camilo de Paula

Carol Guimarães

Caroline Soares Nogueira

Participantes

Cristiane Brandão

Cristina França

Douglas Heliodoro

Elielson de Freitas de Lemos

Erian Ozorio

Ettyenne Junia Maia

Evellyn Suellen Araujo de Souza

Fernanda Lima

Gabriela Luiz Scapini

Gabriela

Heblisa Pinheiro de Mello

Isaac Mendes

Isayana Oliveira Silva

Jady Medeiros Silva

Jean Ferreira

João Paulo Amaral

Joelle Silva

Joyce Cursino

Júlia Solér Marconi

Künã Yporã Tremembé

Leila Maria

Lourdes Helena Schneid

Luana Alves

Luciene

Luiza Dias

Luna Lambert

Maria Lúcia

Mariana Silva Monteiro

Marina Rocha de Sousa

Maristone

Matheus

Michele Andrade

Millena Fernanda Bedin

Natalya Barros

Pádua

Patrícia Mergulhão

Pedro Maia Gomes da Silva

Roger Beats

Rosana Soldatelli

Runá Paiva

Tatiana Quintana Samper Lovatto

Vivi Tiezzi

Vivian

Brasil, Agosto e Setembro de 2021.



REDE BRASILEIRA DE
**urbanismo
colaborativo**



PNDU

POLÍTICA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO



REDE BRASILEIRA DE
urbanismo
colaborativo